

SUMÁRIO

Prefácio à 1ª edição	11
Apresentação à 3ª edição	15
Apresentação à 2ª edição	17
Introdução	19
PARTE I	ELEMENTOS DE UMA TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS
1	Uma teoria geral dos direitos humanos fundada na prática 27
2	Conceito de direitos humanos 31
3	Terminologia 34
4	A estrutura das normas de direitos humanos: entre os princípios e as regras 40
5	A fundamentação dos direitos humanos 42
	5.1 Os negacionistas 42
	5.2 Os jusnaturalistas 44
	5.3 Os positivistas 47
	5.4 A fundamentação moral 48
6	A internacionalização dos direitos humanos 51
	6.1 A internacionalização em sentido amplo 51
	6.2 A internacionalização em sentido estrito: a Carta da Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal de Direitos Humanos 53
	6.3 A reconstrução dos direitos humanos no século XX 58
	6.4 Os três eixos da proteção internacional de direitos humanos 59
7	Do que falamos quando falamos de normas internacionais de direitos humanos? 62
	7.1 Os tratados internacionais 62
	7.2 O costume e os princípios gerais do Direito Internacional 65
	7.3 O enigma da internacionalização dos direitos humanos 68
	7.4 O regime objetivo dos tratados de direitos humanos 75
	7.5 As obrigações <i>erga omnes</i> 76
	7.6 A soberania nacional e o Direito Internacional dos direitos humanos 81

8	A classificação do rol de direitos humanos	83
8.1	As gerações de direitos humanos	83
8.2	A classificação dos direitos humanos no Direito Internacional: os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, culturais e sociais	88
9	A interpretação dos tratados de direitos humanos	92
9.1	Noções gerais	92
9.2	O princípio da interpretação <i>pro homine</i>	94
9.3	O princípio da máxima efetividade	96
9.4	O princípio da interpretação autônoma	99
9.5	A interpretação evolutiva dos tratados de direitos humanos	100
9.6	O princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo	101
9.7	A teoria da margem de apreciação	104
10	Os principais intérpretes	112
10.1	As Cortes Internacionais	112
10.2	Os comitês de monitoramento e as observações gerais	120
10.3	A revisão periódica universal, os relatores e órgãos assemelhados da ONU	123
11	A subsidiariedade da jurisdição internacional de direitos humanos	128
12	Direitos humanos internacionais e a essência contramajoritária	130
13	O dilema de Hamilton e a vigilância internacional dos direitos humanos	132

PARTE II CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNACIONAL

1	Considerações iniciais	137
2	Superioridade normativa	138
2.1	O conceito de <i>jus cogens</i> e sua evolução no Direito Internacional	138
2.2	O rol das normas imperativas	146
2.3	A proibição do uso ilegítimo da força, agressão e da guerra de conquista	147
2.4	O princípio da autodeterminação dos povos	149
2.5	As normas cogentes de direitos humanos	152
2.6	O que se espera dos Estados	154
3	Universalidade	157
3.1	O debate ainda em aberto: ser universal na diversidade	157
3.2	Conceito e consagração	160

3.3	As objeções à universalidade dos direitos humanos	164
3.3.1	O argumento filosófico	164
3.3.2	O argumento da falta de adesão dos Estados	165
3.3.3	O argumento geopolítico	166
3.3.4	O argumento cultural	167
3.3.5	O argumento desenvolvimentista	169
3.4	A reafirmação da universalidade dos direitos humanos	170
3.5	Perspectivas interculturais no século XXI	174
4	Indivisibilidade	178
5	Interdependência	180
6	Indisponibilidade	182
7	Limitabilidade	186
7.1	Noções gerais	186
7.2	O princípio da proporcionalidade	186
7.2.1	Conceito e origem	186
7.2.2	O uso da proporcionalidade na jurisprudência internacional	192
7.3	O abuso de direito	197
7.4	Estado de emergência	203
8	Caráter <i>erga omnes</i>	207
9	Exigibilidade	208
10	Abertura	212
11	Aplicabilidade imediata	214
11.1	Noções gerais	214
11.2	Os direitos sociais são autoaplicáveis?	216
12	Dimensão objetiva	223
13	A proteção penal dos direitos humanos	227
13.1	Origem e fundamentos	227
13.2	Os mandados internacionais expressos de criminalização	231
13.3	Os mandados internacionais implícitos de criminalização	235
14	Proibição do retrocesso	239
15	Eficácia horizontal	242

PARTE III O BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1	A importância dos direitos humanos internacionais no Brasil	251
----------	---	-----

2	Como o Direito Interno vê o Direito Internacional e como o Direito Internacional vê o Direito Interno: uma relação conturbada	252
2.1	Como o Direito Internacional vê o Direito Interno: o unilateralismo internacionalista	252
2.2	Como o direito brasileiro vê o direito internacional: os processos de formação, incorporação e impregnação das normas internacionais	255
3	Os tratados de direitos humanos antes da Emenda Constitucional n. 45/2004	256
3.1	A formação e incorporação dos tratados de direitos humanos antes da EC n. 45/2004	256
3.2	A hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos antes da EC n. 45/2004	260
4	Os tratados internacionais de direitos humanos após a EC n. 45/2004	264
4.1	O novo § 3º do artigo 5º: muito foi feito por nada?	264
4.2	A teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos	268
4.3	As outras consequências: a fase de formação e incorporação dos tratados de direitos humanos após a EC n. 45/2004	270
5	As fontes extraconvencionais de direitos humanos e o Brasil	273
6	O bloco de constitucionalidade	277
6.1	O bloco de constitucionalidade amplo	277
6.2	O bloco de constitucionalidade restrito	278
7	O controle de convencionalidade	280
8	O Brasil e os mecanismos de controle pertencentes ao Direito Internacional dos direitos humanos	284
8.1	Os mecanismos aceitos pelo Brasil	284
8.2	A implementação das obrigações internacionais: a federalização das graves violações de direitos humanos	286
9	A interpretação internacionalista dos direitos no Brasil	292
10	Pelo diálogo das Cortes e a superação da era da ambiguidade	295
11	A superação dos “tratados internacionais nacionais” e a teoria do duplo controle	299
	Considerações finais: os desafios do século XXI	303
	Referências	307